



# SENADO FEDERAL

## **PARECER Nº 1.389, DE 2011**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral, que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletrônicas.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **ANA AMÉLIA**

### **I – RELATÓRIO**

Em exame nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, que trata sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletrônicas.

O projeto prevê que, quando imprescindível para a continuidade operacional, o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de revezamento em turnos de 8 horas. O turno de 12 horas de trabalho será restrito às seguintes situações: durante a parada das usinas; emergência operacional; e situações específicas, observado o plano de operação da empresa. Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, poderá ser exigida a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou em local próximo, durante o intervalo destinado à alimentação, que será de uma hora.

Enquanto o empregado estiver em regime de revezamento em turnos de 8 horas, são assegurados os seguintes direitos: pagamento do

adicional de trabalho noturno; disponibilização de local para refeições com equipamentos de cozinha adequados para esta finalidade; recepção de refeições encomendadas pelos empregados; repouso de 3 dias consecutivos para cada 6 turnos trabalhados em período diurno ou misto e repouso de 6 dias consecutivos para cada 6 turnos trabalhados em período noturno. Para aqueles empregados que estiverem em regime de revezamento em turno de 12 horas, ficam assegurados também os seguintes direitos: repouso de 2 dias consecutivos para cada 4 turnos trabalhados; pagamento, como extraordinárias, das horas excedentes às 180 horas mensais.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais, a norma, se aprovada, está apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

A proposição em discussão pretende regular o trabalho em regime de revezamento dos empregados que prestam serviços em atividades de operação, manutenção, proteção radiológica e física das usinas nucleoeletricas, bem como em qualquer outra atividade necessária ao seu funcionamento.

No mérito, concordamos com os argumentos apresentados pelo autor. Com efeito, como nas usinas nucleoeletricas o reabastecimento de combustível nuclear e a manutenção ou realização de melhorias técnicas são executadas em regime contínuo de trabalho, preferencialmente em escalas de revezamento de 12 horas, para permitir o rápido retorno da unidade geradora ao sistema elétrico nacional, visando a evitar a sobrecarga do sistema, são

necessárias medidas de proteção especial aos profissionais que trabalham nesses estabelecimentos.

Como se sabe, no âmbito do Direito do Trabalho e da proteção ao trabalhador, dependendo da atividade que ele exerce, o legislador, além de lhe assegurar seus direitos básicos, deve ainda lhe garantir desempenhar seu ofício com segurança para sua vida e saúde, inclusive com o necessário repouso após a jornada de trabalho e depois do decurso de tempo de efetivo comparecimento ao serviço.

Por isso, atendidos os requisitos de interesse social e tendo em vista as características de determinadas atividades, deve o legislador criar normas específicas considerando o tipo de atividade, o desgaste produzido por ela e os riscos que lhe são inerentes para, desse modo, dispensar-lhe um tratamento especial.

Atenta a esses aspectos, a legislação trabalhista contém normas protetoras de situações por motivo de ordem pessoal (mulheres, menores e idosos) e de ordem profissional (bancários, empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, serviço ferroviário, trabalho em minas de subsolo, entre outras). No entanto, a despeito de sua importância e das especiais características de que se reveste sua atividade, para os empregados nas usinas nucleoeletricas não há, ainda, norma nesse sentido.

As disposições propostas pelo presente projeto vêm em boa hora e, com certeza irão proporcionar um tratamento mais adequado aos empregados que prestam serviços em atividade de operação, manutenção, proteção radiológica e física das usinas nucleoeletricas.

Por fim, cabe-nos promover um pequeno reparo à redação do § 3º do artigo 2º do projeto, no que tange ao intervalo destinado à alimentação do empregado, estabelecido em uma hora pela proposição. Como esse empregado está em regime de disponibilidade no local de trabalho ou próximo dele e tendo em vista a peculiaridade de sua atividade, que é a de atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, entendemos que, nesse caso, o intervalo para a alimentação deva ser reduzido para meia hora.

### III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 1 - CAS**

Dê-se ao § 3º do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

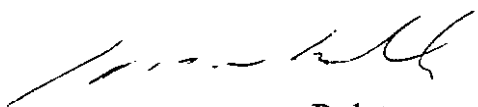
.....

§ 3º Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, poderá ser exigida a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou em local próximo, durante o intervalo destinado à alimentação, que será de 30 (trinta) minutos.”

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2011.

Senador JAYME CAMPOS  
Comissão de Assuntos Sociais  
Presidente

, Presidente



, Relator

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/10/2011 QS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS	
RELATORIA: "Ad hoc" Senadora Cléia Chantre	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO ( PT, PDT, PSB, PC do B, PRB )	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	7- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA ( PMDB, PP, PSC, PV )	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)
ANA AMÉLIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA ( PSDB, DEM )	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO
PR	
VICENTINHO ALVES	1- CLÉSIO ANDRADE

Atualizada em 17/11/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2011

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
ÂNGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- VAGO				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					7- LIDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- EUNICIO OLIVEIRA (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCA (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				2- GIM ARGELLO				
PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VICENTINHO ALVES					1- CLÉSIO ANDRADE				

TOTAL: 41 SIM: 10 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 17/11/2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RFSF)

Atualizada em 17/11/2011

Senador JAYME CAMPOS  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA Nº 1-CAS AO PLS Nº 351, DE 2011

TITULARES				SUPLENTE			
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)				Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
PAULO PAIM (PT)	X			1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X		
ÂNGELA PORTELA (PT)				2- MARTA SUPLICY (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)	X			3- VAGO			
WELLINGTON DIAS (PT)				4- ANA RITA (PT)			
JOÃO DURVAL (PDT)	X			5- LINDBERGH FARIAS (PT)			
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)				6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)				7- LÍDICE DA MATA (PSB)			
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR
WALDEMIR MOKA (PMDB)				1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
PAULO DAVIM (PV)	X			2- PEDRO SIMON (PMDB)			
ROMERO JUCÁ (PMDB)	X			3- LOBÃO FILHO (PMDB)			
CASILDO MALDANER (PMDB)				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)			
RICARDO FERRAÇO (PMDB)				5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
ANA AMÉLIA (PP)				7- BENEDITO DE LIRA (PP)	X		
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR
CÍCERO LUCENA (PSDB)				1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)				2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
CYRO MIRANDA (PSDB)	X			3- PAULO BAUER (PSDB)			
JAYME CAMPOS (DEM)	Presente			4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	PTB	SIM	NÃO	AUTOR
MOZARILDO CAVALCANTI				1- ARMANDO MONTEIRO			
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			2- GIM ARGELLO			
PR	SIM	NÃO	AUTOR	PR	SIM	NÃO	AUTOR
VICENTINHO ALVES				1- CLÉSIO ANDRADE			

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 07 / 12 / 2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 13, § 8º - RISF)

Atualizada em 17/11/2011

Senador JAYME CAMPOS  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

## TEXTO FINAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2011

*Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletricas.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O regime de trabalho regulado nesta lei é aplicável aos empregados que prestam serviços em atividades de operação, manutenção, proteção radiológica e física das usinas nucleoeletricas, bem como em qualquer outra atividade necessária ao funcionamento das unidades nucleares.

**Art. 2º** Sempre que for imprescindível à continuidade operacional, o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de revezamento.

§ 1º O regime de revezamento observará o turno de 8 (oito) horas e será adotado nas atividades rotineiras descritas no artigo anterior.

§ 2º O turno de 12 (doze) horas de trabalho será restrito às seguintes situações:

- I - durante a parada das usinas;
- II - em emergência operacional;
- III - específicas, observado o plano de operação da empresa.

§ 3º Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, poderá ser exigida a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou em local próximo, durante o intervalo destinado à alimentação, que será de 30 (trinta) minutos.

**Art. 3º** Durante o período em que o empregado permanecer no regime de revezamento em turnos de 8 (oito) horas, ser-lhe-ão assegurados os seguintes direitos:

- I - pagamento do adicional de trabalho noturno;



II - disponibilização de local adequado para refeições com equipamentos de cozinha adequados para esta finalidade;

III - recepção de refeições encomendadas pelos empregados;

IV - repouso de:

a) 3 (três) dias consecutivos para cada 6 (seis) turnos trabalhados em período diurno ou misto; e

b) 6 (seis) dias consecutivos para cada 6 (seis) turnos trabalhados em período noturno.

**Art. 4º** Ao empregado que trabalhe no regime de revezamento em turno de 12 (doze) horas, ficam assegurados, além dos já previstos nos incisos I, II, e III do art. 3º, os seguintes direitos:

I - repouso de no mínimo 2 (dois) dias consecutivos para cada 4 (quatro) turnos trabalhados;


II - pagamento, como extraordinárias, das horas excedentes às 180 (cento e oitenta) horas mensais.

**Art. 5º** A variação de horários, em escalas de revezamento diurno, noturno ou misto, será estabelecida pelo empregador com obediência aos preceitos desta lei.

**Art. 6º** Os atuais regimes de trabalho, nas atividades previstas no artigo 1º, bem como as vantagens a eles inerentes, serão ajustados às condições estabelecidas nesta lei, de forma que não ocorra redução de remuneração.

**Art. 7º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2011.

  
Senador **JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

## **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**OFÍCIO Nº 268/2011 – PRESIDÊNCIA/ CAS**

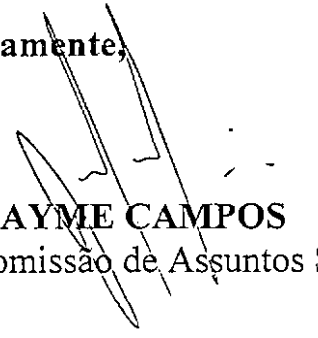
**Brasília, 7 de dezembro de 2011.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente  
Senado Federal

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que *dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletricas*, e a Emenda nº 1-CAS.

**Respeitosamente,**

  
Senador **JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.*

## **RELATÓRIO**

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

### **I – RELATÓRIO**

Em exame nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, que trata sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletricas.

O projeto prevê que, quando imprescindível para a continuidade operacional, o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de revezamento em turnos de 8 horas. O turno de 12 horas de trabalho será restrito às seguintes situações: durante a parada das usinas; emergência operacional; e situações específicas, observado o plano de operação da empresa. Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, poderá ser exigida a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou em local próximo, durante o intervalo destinado à alimentação, que será de uma hora.

Enquanto o empregado estiver em regime de revezamento em turnos de 8 horas, são assegurados os seguintes direitos: pagamento do adicional de trabalho noturno; disponibilização de local para refeições com equipamentos de cozinha adequados para esta finalidade; recepção de refeições encomendadas pelos empregados; repouso de 3 dias consecutivos para cada 6 turnos trabalhados em período diurno ou misto e repouso de 6 dias consecutivos para cada 6 turnos trabalhados em período noturno. Para

aqueles empregados que estiverem em regime de revezamento em turno de 12 horas, ficam assegurados também os seguintes direitos: repouso de 2 dias consecutivos para cada 4 turnos trabalhados; pagamento, como extraordinárias, das horas excedentes às 180 horas mensais.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais, a norma, se aprovada, está apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

A proposição em discussão pretende regular o trabalho em regime de revezamento dos empregados que prestam serviços em atividades de operação, manutenção, proteção radiológica e física das usinas nucleoeletricas, bem como em qualquer outra atividade necessária ao funcionamento das usinas nucleares.

No mérito, não há reparos a fazer. Com efeito, como nas usinas nucleoeletricas o reabastecimento de combustível nuclear e a manutenção ou realização de melhorias técnicas são executadas em regime contínuo de trabalho, preferencialmente em escalas de revezamento de 12 horas, para permitir o rápido retorno da unidade geradora ao sistema elétrico nacional, visando a evitar a sobrecarga do sistema, são necessárias medidas de proteção especial aos profissionais que trabalham nesses estabelecimentos.

Como se sabe, no âmbito do Direito do Trabalho e da proteção ao trabalhador, dependendo da atividade que ele exerce, o legislador, além de lhe assegurar seus direitos básicos, deve ainda lhe garantir desempenhar seu ofício com segurança para sua vida e saúde, inclusive com o necessário repouso após a jornada de trabalho e depois do decurso de tempo de efetivo comparecimento ao serviço.

Por isso, atendidos os requisitos de interesse social e tendo em vista as características de determinadas atividades, deve o legislador criar normas específicas considerando o tipo de atividade, o desgaste produzido por ela e os riscos que lhe são inerentes para, desse modo, dispensar-lhe um tratamento especial.

Atenta a esses aspectos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, traz em seu Título III (Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho) as normas protetoras de situações por motivo de ordem pessoal (mulheres, menores e idosos), ou de ordem profissional (bancários, empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, serviço ferroviário, trabalho em minas de subsolo, entre outras). Para os empregados nas usinas nucleoeletricas não há, ainda, disposição nesse sentido.

As normas propostas pelo presente projeto vêm em boa hora e, com certeza irão proporcionar um tratamento mais adequado aos empregados que prestam serviços em atividade de operação, manutenção, proteção radiológica e física das usinas nucleoeletricas.

Por fim, em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece que um mesmo assunto (normas especiais sobre duração e condições de trabalho) não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, propomos, ao final, emenda para inserir o texto da proposição no corpo da Consolidação das Leis do Trabalho.

### **III – VOTO**

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, na forma da seguinte emenda:

**EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011**

Acrescenta a Seção XIII-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletricas.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** O Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida da seguinte Seção XIII-A:

### **“Seção XIII-A**

#### **Dos empregados nas usinas nucleoeletricas**

**Art. 350-A.** Aos empregados que prestam serviços em atividades de operação, manutenção, proteção radiológica e física nas usinas nucleoeletricas, bem como em qualquer outra atividade necessária ao funcionamento das unidades nucleares, aplicam-se os preceitos especiais constantes desta Seção:

**Art. 350-B.** Sempre que for imprescindível à continuidade operacional, o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de revezamento.

§ 1º O regime de revezamento observará o turno de oito horas e será adotado nas atividades rotineiras descritas no artigo anterior.

§ 2º O turno de doze horas de trabalho será restrito às seguintes situações:

I - durante a parada das usinas;

II - em emergência operacional;

III - específicas, observado o plano de operação da empresa.

§ 3º Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, poderá ser exigida a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou em local próximo, durante o intervalo destinado à alimentação, que será de uma hora.

**Art. 350-C.** Durante o período em que o empregado permanecer no regime de revezamento em turnos de oito horas, serão assegurados os seguintes direitos:

I - pagamento do adicional de trabalho noturno;

II - disponibilização de local adequado para refeições com equipamentos de cozinha adequados para esta finalidade;

III - recepção de refeições encomendadas pelos empregados;

IV - repouso de:



a) três dias consecutivos para cada seis turnos trabalhados em período diurno ou misto; e

b) seis dias consecutivos para cada seis turnos trabalhados em período noturno.

**Art. 350-D.** Ao empregado que trabalhe no regime de revezamento em turno de doze horas, ficam assegurados, além dos já previstos nos incisos I, II, e III do art. 3º, os seguintes direitos:

I - repouso de no mínimo dois dias consecutivos para cada quatro turnos trabalhados;

II - pagamento, como extraordinárias, das horas excedentes às cento e oitenta horas mensais.

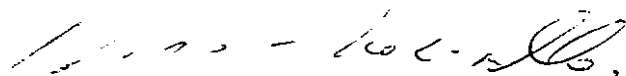
**Art. 350-E.** A variação de horários, em escalas de revezamento diurno, noturno ou misto, será estabelecida pelo empregador nos termos desta Consolidação."

**Art. 2º** Os atuais regimes de trabalho, nas atividades previstas no art. 1º, bem como as vantagens a eles inerentes, serão ajustados às condições estabelecidas nesta lei, de forma que não ocorra redução de remuneração.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Publicado no **DSF**, de 13/12/2011.